



Invenção e cognição

Maria Rosa Fontebasso

O presente livro aborda um tema de extrema importância, tanto para os profissionais da educação quanto para aqueles que se preocupam com as questões que dizem respeito às possibilidades do ser humano, como ser capaz de inventar e (re)inventar a si mesmo na contemporaneidade.

O tema tratado, de diferentes ângulos, é sobre a origem e o desenvolvimento da psicologia. Ao longo dos quatro capítulos da obra, a invenção cognitiva é o elemento articulador da discussão. Há, por parte da autora, uma opção pela concepção de invenção advinda da palavra latina *invenire*, que significa encontrar relíquias ou restos arqueológicos, com resultados imprevisíveis. O conceito de invenção é diferente do de criação ou criatividade, pois esses fazem parte do que se convencionou chamar de “inteligência” e, portanto, são limitados a um sistema fechado em princípios e leis do pensamento, onde os resultados já se encontram enquadrados em algumas possibilidades estabelecidas previamente.

No primeiro capítulo é apresentado um estudo da modernidade, a qual é tratada como sendo complexa, paradoxal e portadora de uma diferença interna que possibilita as condições históricas de um estudo da invenção como imprevisibilidade, além dos limites do pensamento científico moderno. Os principais autores utilizados para esse estudo são Michel Foucault e Bruno Latour.

Na leitura de Kastrup, Foucault trata a modernidade sob o prisma da existência de momentos diferentes em seu desenvolvimento: o da analítica da verdade – com Comte e o movimento da filosofia anglo-saxônica – e o da ontologia do presente, que trata do problema fundamental do tempo – com Hegel, Marx, Nietzsche, Heidegger e Bergson, dentre outros.

Na analítica da verdade são construídos os princípios e leis da ciência que buscam as condições invariantes do conhecimento; na ontologia do presente é posto em questão o tempo e, com ele, emerge a crítica à psicologia cognitiva e a todas as categorias invariantes, por sua exclusão da cognição como ato inventivo. A crítica às categorias invariantes é realizada através do recurso ao tempo: um tempo pensado como duração, tal como o trata Bergson, como modo de ser do real e não como um mero atributo dos objetos.

Para tratar as práticas de purificação e as práticas de mediação na modernidade, a autora recorre a Latour. São as práticas de purificação que separam a realidade em, de um lado, sujeitos e objetos, homens e coisas – sob o signo da representação; de outro, os seres que se furtam à representação, chamados por Latour de híbridos. Igualmente, a ciência moderna impõe a separação entre mundo natural e mundo social. As práticas de mediação são criadoras de híbridos, seres que misturam natureza e sociedade, ciência e política, sujeito e objeto (buraco na camada de ozônio, embriões criados em laboratório, computador, dentre outros).

Assim, a autora, valendo-se das concepções de Latour e Foucault, diz que é possível ver na própria modernidade a produção do que escapa ao seu projeto: a criação de híbridos e a produção das condições de paradoxo e de problematização de seus pressupostos. Salienta ainda que a originalidade desses autores reside na concepção de modernidade como contendo, ela mesma, a possibilidade de seu ultrapassamento.

No segundo capítulo são estudados o gestaltismo e a epistemologia genética. Para Kastrup, tais teorias baseiam-se na ontologia do dado, excluindo, por consequência, o tempo como duração. O resultado dessa exclusão aparece na impossibilidade de tratar a invenção como potência da cognição de ultrapassar a si mesma. Para a autora, a diferença e a invenção, em tais teorizações, se constituíram como resto, como o que não teve lugar no seu sistema de princípios e leis.

No que diz respeito às teorias cognitivistas, a autora observa que as experiências problemáticas, advindas das relações do sujeito com o mundo, não são consideradas na sua potencialidade criadora. Desse modo, ficam excluídas as situações em que a reconhecimento e o estranhamento se unem e forçam a pensar, a inventar.

Na problematização da cognição, a autora convoca ainda a posição de Deleuze acerca do pensamento. Assim, temos que não é o objeto portador de identidade que provoca o pensamento, mas aquilo que atinge uma das faculda-

des do ser humano, sem uma sintonia com as outras, propiciando um pensamento singular. O pensamento é aqui aludido como divergência de uma simples reconhecimento, isto é, como invenção.

O gestaltismo também traz consigo a noção de cognição como reconhecimento, a partir das condições da percepção, sob a forma de leis invariantes. Nessa teoria, também não há lugar para um pensamento inventivo, já que tudo já está contemplado dentro de um sistema que prevê possibilidades apriori.

Contribuem para a problematização da cognição, além de Deleuze, autores como Simondon e Bergson. Simondon procura pensar a cognição à luz da noção de individuação como processo e não como princípio, enquanto Bergson introduz uma diferença interna na inteligência, com diferentes gradações de representação, pensando esta última como consecutiva à emoção e não como antecedente.

O terceiro capítulo é voltado para a história da atualidade, recorrendo a trabalhos que possibilitem pensar a invenção cognitiva, por meio de diferentes áreas do conhecimento. Na física, na química e na história das ciências (I. Prigogine e I. Stengers), na filosofia (Bergson); nos estudos da subjetividade (F. Nietzsche, M. Heidegger, G. Deleuze e F. Guattari); e na biologia (H. Maturana e F. Varela). Como exemplo, temos o trabalho em biologia do conhecimento, de H. Maturana e F. Varela, que retomam algumas das teses de Bergson, principalmente a que contém o conceito de vivo, como sendo o que coloca e soluciona problemas.

Neste capítulo é introduzida a questão da problematização da invenção, a partir da existência de elementos discursivos (teorias) e extradiscursivos (tecnologias como a informática) da contemporaneidade. Esse assunto é tratado principalmente a partir da obra de P. Lévy.

No quarto capítulo é tratada a relação entre as transformações produzidas pelas máquinas de informação da atualidade – principalmente o computador – e os estudos tradicionais da cognição, onde é visto um lugar para a introdução da ontologia do presente. Aqui também, como em todo o livro, a invenção continua a ser vista como imbricada no tempo, tempo visto como duração. A invenção vista dessa forma também está imbricada na memória, não como memória psicológica, mas como memória ontológica, da qual toda invenção pode advir.

Os estudos desenvolvidos pela autora nessa obra permitiram-lhe concluir o quanto o gestaltismo e a epistemologia genética não trataram do tempo e do coletivo, essenciais para o estudo da invenção, no sentido construído a partir dos autores já citados. As duas teorias, quando pensaram a invenção, pensaram-na como solução de problemas e invenções necessárias, excluindo o que é da ordem do imprevisível.

Sem ter sido proposto, como afirma a autora, ela acabou por tratar do tema da aprendizagem, com uma centralidade não prevista, na medida em que colo-

cou a aprendizagem como “um processo de virtualização da ação, que faz devir a cognição”. Em outras palavras, ao tratar do tema previsto – origem e desenvolvimento da psicologia e a questão da invenção cognitiva – acabou tratando da aprendizagem como centralidade, o que lhe era imprevisível. Percorreu o caminho apontado pela palavra *invenire*, ou seja, ao buscar restos arqueológicos, buscou e encontrou também o que não previu – a própria invenção que sustenta a aprendizagem.

Neste caminho, a autora ampliou a visão de cognição, antes pensada por intermédio de suas leis e seus princípios, e posteriormente vista como produção de práticas científicas ao mesmo tempo políticas e coletivas.

A novidade nesse estudo é a ampliação do conceito de cognição, quando nele são incluídos tanto reconhecimento quanto invenção. Invenção, repita-se, vista como abertura ao devir, à problematização, à criação de problemas mais que à resolução de problemas dados. O devir, no entanto, seguido de produção de formas cognitivas, é indissociável “da produção de mundos e de planos coletivos”.

É importante ressaltar que a autora, de forma original, situou a invenção como novidade imprevisível, sem leis, e, portanto, inconcebível numa teoria dentro da ciência moderna. A única regra aceitável para essa concepção de invenção é a lei da divergência; mas antes de ser vista como uma exceção, deve ser vista como excesso, como um ultrapassamento dos limites da cognição.

Como a autora mesmo diz, seu trabalho é uma contribuição a um novo estilo de fazer psicologia. A essa idéia pode ser acrescentada uma contribuição para um novo modo de pensar a aprendizagem e, portanto, para uma outra forma de pensar a educação.

Talvez possam ser apresentados outros argumentos que ampliem a concepção de invenção na epistemologia genética, já que não foram tratados, pela autora, os trabalhos posteriores de Piaget sobre os possíveis.

De qualquer forma, o conteúdo desse livro revigora as esperanças de ampliar a visão das questões relativas à aprendizagem numa direção que credita potência à ação humana, não numa dimensão individual e competitiva, mas num sentido de virtualidade coletiva de ação em favor da vida. Vida aqui entendida numa concepção bergsoniana, prenhe de impulso vital que cria problemas, resolve-os e volta a criá-los, no contínuo movimento de sua complexificação.

Maria Rosa Fontebasso é professora do Centro Universitário La Salle/Canoas e doutoranda em Educação na UFRGS e da Universidade de Barcelona.

Endereço para correspondência:

Valencia, 196 – 1º – 6º

08011 – Barcelona – Espanha